

# Política Econômica e Análise Econômica (1)

PIERRE DIETERLEN (2)

(Trad. de José Saldanha da Gama e Silva)

**A**ERA do burocrata retornou, e os tempos modernos se aproximam bastante da época em que Courteline satirizava tal personagem. Hoje, os mais espinhosos problemas, as mais pesadas responsabilidades tornaram-se o apanágio do funcionário público. As dificuldades de cada um, pelo menos aquelas que a habilidade individual não pode contornar, invadem as repartições públicas. E das decisões tomadas pelo Executivo rara é aquela que, embora remotamente, não vá atingir tôda a vida nacional.

Não é segredo para ninguém que o processo orçamentário atinge a todos os cidadãos; por outro lado, o Exército representa ainda um dos principais clientes da indústria privada, sendo mesmo o cliente único de certos ramos de atividade industrial. Dêsse modo, os programas elaborados por certos órgãos técnicos, tendo em vista resultados precisos, têm as mais longínquas repercussões: após a sanção administrativa, êles serão ainda sancionados pela vida.

Quer isso dizer que, muito embora seja um especialista, o moderno servidor público deveria possuir, além de sua competência técnica, experiência econômico-social. É evidente que seria desaconselhável deixá-lo, individualmente, medir as conseqüências de suas decisões. É inevitável, porém, que êle caia no abismo, sendo, pois, indispensável que não o ignore. A moda das idéias de planificação levam-no hoje a uma ignorância particularmente duvidosa. Isso porque todo plano é necessariamente simplificador. Êle representa a medida dos cérebros que o concebem e, pois, para ser inteligível, deve amoldar-se à mentalidade do público em geral. Mas a luz que dêle promana é muita vez enganadora. Decidir sobre *aonde* se deseja ir não significa de modo algum que se saiba *aonde* nem *como* se vai. O fato de se haver aberto algumas picadas na floresta virgem não quer dizer que ela esteja dominada. As trilhas abertas correm o perigo de se perderem no labirinto, pois

nada é mais difícil que traçar um itinerário econômico.

Após a Liberação, os poderes públicos erigiram um Comissariado Geral do Plano, diversificado, dentro dos vários ministérios, em serviços análogos, direção de programas, serviços de coordenação industrial, etc. Poderíamos afirmar que isto ou é demasiado ou não é o bastante. É demasiado, se, de acôrdo com a idéia de planificação, se considera que a concepção e fomento da economia devem emanar de uma autoridade única. Destarte, só haverá inconvenientes na dispersão dos centros nervosos. Por outro lado, isto não será o bastante, se se pretende adaptar a estrutura administrativa aos trâmites naturais através dos quais os fenômenos econômicos se propagam. Isso porque êles são incontáveis e é evidente que, em sua maior parte, escapam à ação e mesmo à análise do poder central.

Mais que aos limites da ação, é à impotência da investigação fundamentada que nos queremos referir. A ação cotidiana é política. E porque está condicionada ao regime vigente e ao temperamento dos dirigentes, ela é fatalmente empírica. A história é, a êste respeito, tão fértil em êxitos como em desapontamentos.

Ao contrário, os ensinamentos da Economia, embora pouco conhecidos, tornam patente a intensidade do ritmo que preside os fenômenos econômicos, os quais orientam a vida nacional. Em contraposição ao arbítrio individual de que, segundo a expressão do professor François Perroux, resultam *microdecisões*, de repercussões limitadas, o Estado toma, quase diariamente, *macrodecisões*. E não satisfeito em tomá-las, êle as fomenta, sendo de salientar que seus estímulos são analisados em todos os seus aspectos, exceto no aspecto econômico.

Consideremos, por exemplo, o programa de expansão da siderurgia. Êste desenvolvimento pressupõe um certo número de problemas:

— Estudo dos mercados, adaptação dos produtos às necessidades (por exemplo, intensificação da produção de laminados). É o aspecto comercial.

— Concepção, instalação de maquinaria adequada; estudo das fontes de matéria-prima e necessidades da mão-de-obra. É o aspecto técnico.

— Custo e rentabilidade das instalações e obtenção dos capitais necessários. É o aspecto financeiro.

(1) Transcrito de *La Revue Administrative* — março-abril de 1950.

(2) Pierre Dieterlen é antigo colaborador de *La Revue d'Economie Politique* e um dos dirigentes da revista *Economie Contemporaine*, adido ao Ministério dos Negócios Econômicos de França. Desta sua experiência decorre a grande segurança com que estuda, no presente artigo, as várias modalidades de intervenção administrativa nas lides econômicas, criticando-as frontalmente (Nota do tradutor).

— Aspecto formal das convenções, particularmente quanto à delegação de autoridade, às operações financeiras a serem concluídas, à constituição de órgãos, etc. É o aspecto jurídico.

Todos êstes aspectos são complementares. E implicam tal número de condições necessárias, que nenhuma delas pode ser decisiva. Êles se relacionam todos, mais ou menos diretamente, ao aspecto econômico, entendido *latu sensu*. Todos êles, porém, representam apenas uma parcela das condições que regem determinado programa. Resta saber como o projeto irá integrar-se na vida econômica, ponto em que, precisamente, a análise se torna mais delicada. Com efeito, não basta saber que a mão-de-obra, as matérias-primas e os capitais serão calculados sobre as disponibilidades correntes e tendo em vista outras utilizações possíveis. Êste problema de coordenação industrial e financeira está presente a qualquer técnico experimentado. É necessário também prever quais as repercussões que o plano vai provocar, imediata ou mediatamente; a redistribuição das rendas que correspondem a tais operações; se se trata de simples transferências ou, mais ainda, excesso de rendas ocasionadas pela execução do plano. Problema não apenas técnico, financeiro ou comercial, mas especificamente econômico. Êste último aspecto, que já havia sido pressentido pelos economistas do século XVIII e que a teoria clássica negligenciou, vem sendo focalizado pela teoria moderna.

Esta fornece à política econômica certos meios de ação, já hoje familiares à maior parte dos administradores, notadamente na Inglaterra ou Norte-América. Todavia, os cânones de planificação que ela desenvolveu tinham em mira principalmente a prudência, já que se tornou patente que toda decisão tomada pelos órgãos que dirigem a economia vai engendrar um complexo sistema de ações e reações, cujo sentido geral pode ser conhecido, mas cujos efeitos é praticamente impossível prever aprioristicamente ou controlar com oportunidade.

Um exame sucinto dos ensinamentos da teoria moderna levará sem dúvida a esta crença. Êstes ensinamentos são de quatro ordens, e remontam:

- à elasticidade;
- aos efeitos de indução;
- ao conceito e mensuração dos valores globais;
- à análise dinâmica dos fenômenos.

### 1. ELASTICIDADE

Depois de Alfred Marshall, que foi o primeiro a definir a elasticidade das funções da oferta e da procura, a noção de elasticidade começou a ser precisada e entendida. Sob o nome de *elasticidade de substituição*, a teoria dos preços foi renovada por Hicks (3), que, por outro lado, definiu a noção

de *elasticidade de previsões*. Finalmente, a elasticidade das rendas foi estudada sistematicamente. Estas diversas elasticidades foram correlacionadas entre si, salientando-se também suas relações com o mecanismo dos preços, de tudo resultando o que se convencionou chamar *efeitos de substituição e efeitos de renda*. A elasticidade das curvas da procura foi mensurada por Shultz, nos Estados Unidos, no que tange aos produtos agrícolas; por René Foy, na França, no que concerne às tarifas de estradas de ferro e correios, telégrafos e telefones. Mais recentemente, Gérard Tintner tentou medir os efeitos de substituição e de renda, em função das variações da criação de porcos na América, entre 1919 e 1939. Os resultados assim obtidos repousam sobre cálculos complexos. Supõe-se, *grosso modo*, que tais funções são lineares, o que jamais se provou.

A êste respeito, o campo de observações é ainda por demais limitado para que seja possível deduzir-se algum benefício para a política econômica. É evidente que a partir do momento em que esta deixa de ser insensível à evolução dos preços, seja porque os pretenda controlar, seja porque pretenda influir sobre êles, de qualquer modo, o fato é que êstes não podem suportar o mesmo tratamento, a não ser o bloqueio geral das rendas pouco elásticas, como os salários, ou das rendas muito elásticas, como os lucros, isto porque os preços correspondem ora a uma procura pouco elástica, como a demanda do pão, ora a uma procura muito elástica, como a referente aos artigos de luxo.

Poder-se-á facilmente estabilizar o preço do pão e o poder aquisitivo dos salários, pelo racionamento e auxílios. Mas não se canalizará jamais a procura dos artigos de luxo através de impostos indiretos, acontecendo que, se êstes forem julgados ilícitos, os lucros confessados serão substituídos por lucros clandestinos. De modo geral, no momento em que os Poderes Públicos se abalançam a controlar tal ou qual preço, fazem pesar sobre os outros preços e outras categorias de rendas uma pressão mais forte, que lhes escapa quase totalmente. Êles não fazem mais nada, aliás, que eliminar a elasticidade de um setor do sistema, e de criar elasticidades suplementares de compensação. Para que tal não acontecesse, seria mister: de um lado, que as medidas tomadas fôssem adaptadas com precisão à elasticidade de cada um dos elementos em causa, o que é impossível, porque estas elasticidades são, em prática, apenas suscetíveis de uma apreciação grosseira; de outro, que o conjunto do sistema fôsse regulamentado de maneira tão rígida, a ponto de perder toda elasticidade. Êste segundo método tem sido praticado, com algum êxito, na Grã-Bretanha.

### 2. EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS

A compra de determinado bem, por um consumidor, ou o investimento numa empresa têm efeito direto que não se presta a equívocos, vindo

(3) J. R. HICKS, *Valor e Capital* — Londres, 1939.

coincidir com o efeito que o comprador ou o capitalista tenham em vista.

Todavia, — e este é um dos méritos da teoria moderna, que enfocou tal fenômeno — as coisas não terminam aí.

Em situação de pleno emprego, havendo estoques que se supõem constantes, todo consumo adicional terá como resultado investimento adicional de um montante mais elevado, por isso que cada uma das unidades produzidas para consumo exigem o apêlo a maior capital. Encontramo-nos, então, diante de uma procura induzida ou derivada, mais ampla que a procura inicial. É a isto que se chama de *princípio de aceleração da procura derivada*. Este princípio, enunciado por J. M. Clark, Harrod, e pelo Prof. Aftalion, é o centro da explicação moderna de *ciclo*. Deve ser algumas vezes interpretado segundo diferentes matizes, pois sua aplicação se combina com outros dados distintos: elasticidade da produção, dos estoques, etc.

Da mesma maneira, em situação de subemprego, qualquer investimento adicional se traduzirá por uma criação de rendas adicionais, sob a forma de salários, dividendos ou lucros. Estas rendas adicionais serão parte economizadas, parte despendidas, engendrando, conseqüentemente, consumo adicional. Este consumo, relacionado, proporcionalmente, a investimentos e rendas adicionais, irá produzir um efeito de multiplicação, que tenderá a atenuar-se, até desaparecer completamente. É o que se chama de *multiplicador do investimento*.

Este efeito induzido já havia sido percebido por Cantillon e Quesnay (4). Os economistas do século XIX negligenciaram totalmente o seu estudo. Este só foi retomado em 1930, por Keynes, servindo de base para o volume "Teoria Geral do Emprego, Lucro e Moeda". É, pois, a Keynes, a quem se deve sua atualidade.

As previsões efetuadas no estrangeiro sobre a evolução da renda nacional não eliminam a intervenção do *multiplicador*. Tal é o caso do célebre apêndice C redigido por Kaldor para o livro de Sir William Beveridge (*Full Employment in a Free Society*) e dos trabalhos de Tinbergen sobre a renda nacional nos Países Baixos. É bem de ver que a utilização deste instrumento de análise supõe que o consumo e a economia sejam registradas com a necessária exatidão, o que não acontece em França. É admissível, porém, que, para simplificar os cálculos, se considere como constante a propensão marginal do consumo, quer dizer, que a um determinado crescimento da renda nacional corresponda um crescimento proporcional (5) do consumo global. Esta hipótese só deve valer *grosso modo*, e, assim mesmo, para um período muito curto.

Que o cálculo dos efeitos induzidos lida em grande parte com probabilidades e, por isso, só deve ser aceito com reservas, é uma verdade que nenhum economista escrupuloso pode contestar. Todavia, é preciso saber que existem tais efeitos, para que os técnicos encarregados de elaborar planos possam precaver-se contra o erro de esquematizar e aplicar uma cirurgia grosseira e quase sempre ilusória.

### 3. CONCEITO E MENSURAÇÃO DOS VALORES GLOBAIS

Ainda sobre este ponto, a teoria moderna reúne e desenvolve as análises levadas a efeito no século XVIII, notadamente por Quesnay e Lavoisier. A consideração do *todo*, quer dizer, dos valores globais compreendidos num sistema abstratamente isolado, está absolutamente ausente na economia clássica.

Esta estudava mecanismos microscópicos, isolados num meio indeterminado, concebido como constante; e daí ter sido necessário chegar-se aos primeiros anos do século XX para que o estudo da renda nacional fôsse iniciado por Colson.

Nesta rota aberta pelos franceses, os estrangeiros não tardaram a nos ultrapassar. Os trabalhos de Kuznet, nos Estados Unidos, de Stone, na Grã-Bretanha, para citar apenas os mais notórios, acertaram a definição e o cálculo da renda nacional que constitui, em nossos dias, nos países mais avançados, um dos elementos essenciais da política econômica.

As estimativas feitas entre as duas guerras, a título individual, por Dugé de Bernonville foram, em 1946, confiadas ao Commissariado Geral do Plano, e completadas, após 1947, pela Comissão do Balanço Nacional. Estes dois organismos, cujos métodos são inatacáveis do ponto de vista teórico, ressaltam as grandes dificuldades causadas pelas falhas existentes no aparelho estatístico francês: conhecimento incompleto da produção agrícola, salários, consumo, poupança; e ignorância total no que respeita aos lucros não distribuídos. Certo número de dados foram obtidos por extrapolação. E porque certos elementos básicos são berrantemente inexatos (ninguém pode contestar que os algarismos referentes à produção agrícola não sejam, em grande maioria, inferiores à realidade), os dados globais surgiram igualmente arbitrários. As rendas agrícolas são provavelmente subestimadas. O cálculo dos investimentos privados não levou em conta o significativo montante dos investimentos invisíveis. Os dados referentes às trocas com o Estrangeiro e os territórios d'além-mar são por demais sucintos. Por tôdas estas razões, o cálculo da renda nacional francesa deixa muito a desejar.

O pior é que o raciocínio em termos de renda nacional, baseado na procura e oferta globais, de tal maneira se tornou corrente, de tal maneira se entrosou com a política econômica, tal como con-

(4) QUESNAY descreveu-o sob o nome de "Zic-Zac", na primeira edição do *Tableau Economique*.

(5) Jamais, porém, igual.

cebida em nossos dias, que esta passou a calcar-se em algarismos falsos, tornando-os como verdadeiros.

Na etapa mais recente de sua evolução, a teoria econômica preocupa-se em correlacionar os dados globais aos dados elementares que os compõem, dando-lhes uma representação que saliente as relações existentes entre os dados elementares. Dois métodos têm sido utilizados, com êsse propósito:

— Tinbergen (Países Baixos) construiu um sistema de equações simultâneas, segundo uma concepção global do mecanismo através do qual se forma a renda nacional. Aplica em seguida êste sistema de equações aos dados estatísticos disponíveis. Klem (Estados Unidos) retomou o mesmo método, utilizando-se de estatísticas mais completas.

— O segundo método, que foi usado com êxito por Ragnar Frish (Noruega) e por Leontief (Estados Unidos), é o chamado *das matrizes*. Consiste na elaboração de um quadro de dupla entrada, onde se figuram os diferentes elementos em função dos quais se deseja derivar as relações. Durante o período considerado, cada uma das colunas do quadro deverá comportar um número que representa a soma dos valores de entrada e saída, que serão necessariamente iguais. Tal quadro apenas compreende — entenda-se bem — alguns elementos que correspondem às grandes categorias econômicas. Teoricamente, êstes elementos poderiam ser multiplicados a ponto de representar as transações de cada indivíduo. Tanto mais elevado o seu número, tanto mais a análise se aproximará da realidade.

Leontief trabalha por aproximações sucessivas. Assim é que, utilizando as mais completas estatísticas disponíveis nos Estados Unidos, chegou a graduar suas estimativas correntes, levando em conta as variações dos estoques, da formação de capitais, etc. Seu método foi aplicado em Washington para esquematizar a economia de guerra.

#### 4. ANÁLISE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DINÂMICA

Tocamos aqui no ponto mais delicado. Não apenas é particularmente difícil adaptar à política econômica os ensinamentos da análise dinâmica, como também, embora a teoria moderna haja deliberadamente orientado seus esforços neste sentido, é necessário ajuntar que esta análise está ainda em seus primeiros planos.

O pensamento econômico continua ainda marcado pela influência dos grandes teóricos da estatística: pelo *equilíbrio geral*, de Walras; pelos *equilíbrios parciais*, de Marshall. Se a noção de *equilíbrio geral* corresponde a um grau de abstração que prejudica a sua utilização na prática, o mesmo não acontece com o *equilíbrio parcial*, não se devendo subestimar o fato de ser a maioria dos economistas anglo-saxões formada na escola de Marshall. Sua dinâmica visa menos renovar a estatística

que prolongá-la. É por isso que Lange (6) (*Price Flexibility and Employment*) estuda as condições segundo as quais a elasticidade dos preços pode ser um fator de equilíbrio.

Além do mais, a análise dinâmica consiste principalmente em reintroduzir o fator *tempo*, de que a estatística se abstrai, quer dizer, transformar funções extratemporais em funções temporais. Mas o tempo de que se trata, no caso, não tem nenhuma relação com o tempo estereotipado no calendário civil. Trata-se de um tempo propriamente econômico, correspondente ao desenvolvimento de um determinado processo. A política econômica, ao contrário, conhece apenas o calendário civil. Os Poderes Públicos se utilizam de um orçamento anual, elaboram planos de 4 ou 5 anos, contratam empréstimos amortizáveis em 20 ou 25 anos. Por mais diversificado que seja o quadro, êle será sempre muito rígido. Se se pudesse medir aproximadamente a duração dos movimentos cíclicos, mesmo aquela dos movimentos mais longos, constatar-se-ia que, sob uma regularidade aparente, cada ciclo tem uma duração e uma amplitude que lhe são próprios, que desafiam qualquer analogia com o plano concreto. O homem de negócios experimentado sabe muito bem que o desenvolvimento de uma empresa é sempre mais rápido ou demorado do que o previsto. Por mais rigorosa a análise abstrata, os estágios que ela estabelece não são pura e simplesmente adaptáveis às situações reais.

Explica-se, pois, que um governo a braços com um problema de ordem dinâmica, qual seja a reconstrução e modernização, tenha recorrido a tôdas as formas de equacionamento, salvo ao equacionamento dinâmico. Que tem sido, com efeito, para ficarmos apenas neste exemplo, o método de análise e exposição do Plano de Modernização? (7). Êle se fundamenta em quatro situações-chave:

- a situação de 1929,
- a situação de 1938,
- a situação de após-Liberação,
- a situação prevista para 1952, com a execução do plano.

Entre estas duas últimas situações, interpuseram-se situações intermediárias, decorrentes da execução de cada parcela anual do Plano. Surgiram então balanços sucessivos; e o encadeamento propriamente dito, através do qual se deveria passar de uma situação a outra, continuou obscuro.

Em outras palavras: o plano foi apresentado sob uma forma de estatística comparativa ou mesmo meta-estatística (8), na medida que compor-

(6) OSCAR LANGE é delegado permanente da Polônia na ONU.

(7) O autor se refere ao famoso Plano Monet (nota do tradutor).

(8) Tomamos esta expressão de Georges Lutfalla (*La Querelle des Anciens et des Modernes — Revue d'Economie Politique*).

tava estimativas, mas jamais sob uma forma dinâmica.

A mesma observação se aplica aos trabalhos da Comissão do Balanço Nacional e à utilização — talvez oportuna do ponto de vista político, mas certamente contestável do ponto de vista econômico — que os Poderes Públicos acreditaram poder fazer da noção de desvio inflacionário. (9)

O desvio inflacionário ou o *deficit* da balança de pagamentos correntes, outro exemplo de desvio, no sentido do vocábulo inglês "gap" — e, de modo geral, os desvios que se manifestam na vida econômica, não terão significação se não forem interpretados em função das defassagens (em inglês "lags") que caracterizam o encadeamento dinâmico dos fenômenos. Medidos, como o foram, em determinado momento, no quadro de um balanço retrospectivo ou de previsão, êstes desvios representam apenas o surgimento de um processo, e serão reduzidos aos têrmos de um novo processo. Mas a soma dos fenômenos iniciais que os produziram, bem como a soma dos fenômenos iniciais que os farão desaparecer não serão jamais — em consequência dos efeitos derivados de sua ampliação ou atenuação (leakages) — iguais ao próprio desvio. Por exemplo: se a propensão a consumir é de 0,7, um desvio deflacionista de X poderá ser

$$\text{reduzido por um índice de investimento } \frac{X}{3}.$$

Infelizmente, a propensão a consumir é mal conhecida. Em épocas de perturbação, como a que atravessamos, ela varia profundamente. Enfim, o prazo necessário para que a série de efeitos se processe é praticamente imprevisível. Destarte, mesmo que um desvio deflacionista seja suscetível de ser medido com exatidão, tudo que se poderá dizer é que o volume de investimentos necessários para reduzi-lo seria provavelmente inferior ao próprio desvio; todavia, tal volume só pode ser previsto para o período ao fim do qual o efeito deflacionista terá sido neutralizado. No caso da pressão inflacionária, a incerteza é a mesma, tudo que se poderá dizer é que um desvio previsto de 300 bilhões não será necessariamente reduzido por uma arrecadação fiscal de 300 bilhões. Lembre-se mesmo que, a subsistirem outros fatores fundamentais de inflação, tal como uma situação geral de penúria, êste esforço fiscal será em vão. Se, ao contrário, os outros fatores são neutros, pode acontecer que tal esforço seja mesmo excessivo.

#### *Importância Política dos Ensinamentos da Análise Econômica*

Embora por caminhos diferentes, a ciência econômica induz à mesma circunspecção da física contemporânea. À determinação do mercado per-

feito, de livre concorrência, ou de monopólio, ela opõe a indeterminação dos mercados dominados por grupos (oligopólio), e de monopólio bilateral; à igualdade preventiva das trocas, o efeito de dominação (10). A complexidade dos símbolos dinâmicos salienta a singeleza dos símbolos estáticos. E o teorista que, para facilidade do cálculo, utiliza relações lineares, não pode ignorar que os valores que manipula são em realidade valores aleatórios, que dão nascimento a relações "estocásticas" (11). Se êle se acastela no abstrato, é menos por prazer que pela dificuldade em obter dados estatísticos convenientes.

Contudo, sob a pressão de necessidades políticas evidentes, os Poderes Públicos fazem tombamentos, elaboram balanços, arquitetam programas, definem objetivos. Em função do desequilíbrio presente de nossa balança de pagamentos, infere-se, por extrapolação, um desequilíbrio fundamental; em função de determinada escassez transitória, conclui-se um esquema de prioridades permanentes. Constatados os pontos falhos de nossa economia, declara-se que a França deve esforçar-se por implantar um regime rígido de contrôles, que deverá coagir exatamente os menos fortes.

Nenhuma das afirmações contidas nos documentos oficiais publicados após a Liberação foi demonstrada ou, pelo menos, pareceu demonstrável. Pois não se pode chamar de demonstração os comentários destinados a apresentar algarismos bastante duvidosos, e, no caso de serem exatos, de interpretação econômica cientificamente impossível. Substituiu-se a análise objetiva, que ultrapassa o estágio atual dos dados e conhecimentos, por uma contrição de fé. A mística dos investimentos mal embuça a falta de hombridade intelectual que a inspirou. Feitas as contas, parece que as pitonisas oficiais pecaram ao mesmo tempo por otimismo e pessimismo. Por otimismo, porque formularam o diagnóstico de um mal de que conheciam apenas alguns sintomas. Por pessimismo, porque se imaginaram donas da ciência, confiantes de que nenhum mal sobreviria à indisciplina de seus reflexos naturais. Nenhuma de suas previsões se cumpriu até agora. E pode dizer-se que a economia francesa continuou progredindo, senão malgrado sua influência, pelo menos indiferente às linhas previamente traçadas; e ainda mais: se tal progresso em alguns pontos não é bastante sensível, deve-se tal fato, de algum modo, aos obstáculos causados pelas prescrições reguladoras que se lhe opuseram.

Cada vez que, nestes últimos dois anos, proibições foram levantadas, o fenômeno ocorreu em função dos grupos de pressão e contra os pareceres de certos técnicos. As catástrofes previstas por êstes últimos não se produziram. A impaciência

(10) FRANÇOIS PERROUX — *Esbôço de uma Teoria de Economia Dominante — Economie Appliquée*, n.º 2, 3, abril — setembro, 1948.

(11) SAMUELSON — *Foundation of Economic Analysis*.

(9) FRANÇOIS PERROUX e JEAN MAREZEWSKI, nas revistas *Experta*, maio de 1949 e *Cahiers, série D* — Julho de 1949.

do francês médio era, talvez, mais clarividente que a prudência dos compiladores de estatísticas. Os riscos que a economia francesa correu estavam e continuam circunscritos aos algarismos. As oportunidades que se lhe ofereceram, não decorreram de nenhuma contabilidade nacional, mas do espírito de iniciativa que dela se apossou. Elas estavam por demais condicionadas a inúmeras incógnitas internacionais, para que qualquer administração pudesse pretender controlá-las. Sua gênese escapa à análise econômica. Esta mostra apenas — e rudimentarmente — como se propagam. E o melhor que a política econômica pode fazer é não criar embaraços à sua propagação.

As conclusões derivadas da análise abstrata e da observação sociológica mostram quanto de irreal existe na insistência do princípio liberal, e como é ilusória qualquer planificação que se propõe a não aniquilar o indivíduo. Isto fala bem alto de como é árdua a tarefa do administrador.

Às dificuldades de ordem teórica que vimos de assinalar junta-se outra de ordem prática. Pode perguntar-se se a administração dispõe de instrumentos de observação e controle necessários à fixação de uma política. Multiplicar o número de funcionários do Governo não adiantará grande coisa, e isto porque, ou tais funcionários passam a adotar os pontos de vista das empresas de cujo controle foram encarregados, e então se afrouxa a vigilância; ou então tentam efetivamente exercer tal controle, e a morosidade que imprimem às decisões que devem ser tomadas pelos dirigentes das empresas prejudica-lhes toda a gestão.

Um bom aparelho contábil e estatístico suprirá em larga escala a ausência de contatos diretos, sendo igualmente indispensável à mais elementar análise econômica. Ainda sob este ponto, a França

está mal aparelhada. Pede-se aos estatísticos que calculem índices cada vez mais complexos, inspirados em tudo que realizam os países mais avançados, legando-se para este fim créditos notoriamente insuficientes. Os esforços tomados logo após à Liberação, principalmente no que respeita às atividades agrícolas, estão quase reduzidos a nada, em função das medidas de compressão orçamentária tomadas após 1947. Em matéria de produção industrial, as estatísticas reunidas pelo Governo estão ameaçadas, por falta de uma legislação adequada. Não existem estatísticas disponíveis no que tange à reconstrução, distribuição e consumo. E no entanto, os créditos necessários a preencher tais lacunas representam uma percentagem ínfima das dotações orçamentárias previstas para investimentos, bem como das somas perdidas com aquilo que melhor informação estatística viria caracterizar como desperdício. É chocante constatar — como nas últimas discussões orçamentárias — que a margem sobre a qual se discute é sensivelmente mais reduzida que a margem dos erros prováveis, que podem ser imputados aos próprios algarismos. Bem sabemos que os números mentem. Isto não representa, porém, razão para que sejam abandonados, simplesmente porque são falsos e não valha a pena melhorá-los.

Está ainda longe o dia em que cada funcionário poderá fundar suas decisões, já não diremos sobre uma certeza, mas sobre uma probabilidade econômica, tal como facultada pela análise abstrata. Pelo menos é desejável e possível que, em contrapartida às responsabilidades assumidas, a administração tenha à sua disposição dados numéricos fidedignos. Tais dados lhe são indispensáveis. E seria de grande valia para a maior parte do povo francês.